

Revista

FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Ano II
N.º 13
1,50 €
Maio de 2011

Director: Delmiro Carreira

Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes

Propostas da "Troika" dominam protestos



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

O SBSI designará oportunamente um Director-adjunto e um representante no Conselho editorial

sumário

SINDICAL | Actualidade
Desemprego e austeridade dominam **1.º de Maio** **4**

Muito protesto por **melhores salários** **6**

Unidade global é essencial **7**



Eleições no SBSI e no SBC **8**

CONTRATAÇÃO | Seguros
A crise e a **negociação colectiva** em Portugal **9**

Relançamento da **negociação colectiva** **9**

CONTRATAÇÃO | Banca
Provedor de Justiça responde a queixa da Febase **10**

Defesa dos postos de trabalho é **a prioridade da Febase** **11**

Sindicatos acompanham situação no **Montepio** **11**

JURÍDICAS | Questões
A actualização da **antiguidade** na pré-reforma **14**

TEMPOS LIVRES | Nacional
Filipe Rebelo leva título nacional de ténis para Coimbra **15**



16

| **Bancários Centro**



20

| **STAS Actividade Seguradora**



23

| **Bancários Sul e Ilhas**



26

| **Bancários Norte**



Texto: **CARLOS SILVA**

Três certezas e uma esperança

Nos passados dias 4 e 5 de Maio foram empossados os novos Órgãos Sociais de dois Sindicatos da FEBASE – SBC e SBSI – após processos eleitorais democráticos e transparentes, que confirmaram a continuidade de dois projectos político-sindiciais subscritos e acarinhados pelos bancários de todo o País – a FEBASE e a UGT. A vitória de ambas as candidaturas, confirmada nas urnas, é reflexo dessa aposta sindical e é um efectivo êxito para as organizações sindicais envolvidas.

Cabe aqui uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, ao longo de uma vida dedicada à causa do sindicalismo democrático, ao Delmiro Carreira, que abandonou, por vontade própria, a liderança do SBSI. Os Homens passam e as Instituições mantêm-se, mas o contributo daqueles transcende, muitas vezes, as fronteiras da sua própria Organização e provocam reflexos em muitas outras entidades e pessoas – é o caso do Delmiro Carreira, a quem aqui cabe expressar um Bem-Haja.

Os actos eleitorais a que me referi ocorreram num período difícil da vida do nosso País, talvez uma das mais graves crises a que a história contemporânea assistiu. O anúncio do acordo entre o Governo português e a "troika" das instituições financeiras internacionais que negociaram o resgate financeiro de 78 mil milhões de euros a

Portugal, implica consequências trágicas para os trabalhadores, fruto, em muitos casos, de má governação. A venda do BPN, definida até Julho deste ano, poderá provocar no sector uma situação a que não estamos habituados, face a um eventual despedimento colectivo. Mas as Direcções sindicais da FEBASE deverão assumir, na presença desse eventual cenário, a defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores e exigir a assumpção da responsabilidade social do Estado, da CGD e da Administração do BPN na procura das melhores soluções para a Instituição e o seu principal activo – os seus trabalhadores.

No próximo dia 5 de Junho haverá eleições legislativas e surgirá um novo Governo, que terá como incumbência fulcral a aplicação do rigoroso plano de austeridade imposto a Portugal. Aos partidos políticos exige-se capacidade de entendimento e cooperação para que o próximo executivo tenha a possibilidade de governar com estabilidade política. Aos principais partidos políticos portugueses não me posso coibir de lhes exigir que olhem para a UGT e para as tendências sindicais que ali coexistem há mais de 30 anos, buscando de forma recorrente os consensos que fazem da Central Sindical um bastião de defesa dos trabalhadores portugueses. Em nome do superior interesse nacional, tantas vezes apregoado, mas nem sempre praticado, aqui fica um bom exemplo de harmonia na defesa dos direitos do colectivo. ■

Manifestação do Dia do Trabalhador

Desemprego e austeridade dominam 1.º de Maio

TEXTO: Inês F. Neto

Trabalhadores filiados nos sindicatos da UGT ou simpatizantes voltaram a desfilar entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, em Lisboa, para comemorar o 1.º de Maio. Com a 'troika' instalada na capital a negociar com o Governo e outras instituições nacionais as medidas para o resgate do País, o Dia do Trabalhador ficou marcado pela luta contra o desemprego e a exigência de mais emprego e defesa do Estado social



A semelhança do ano passado, o 1.º de Maio foi dominado pela crise. Mas não só. Num ano a situação dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos piorou drasticamente, face às dificuldades do País em responder ao ataque concertado dos especuladores, que impuseram juros cada vez mais elevados aos empréstimos do Estado para se financiar e, em conjugação com a crise política entretanto despoletada, obrigaram ao pedido de ajuda externa – e à chegada da 'troika' – UE, BCE e FMI – para negociar as pesadas condições exigidas para o resgate de Portugal.

O combate a todas as causas e consequências da actual crise, bem como a recusa categórica de aceitar mais desigualdades e ainda maiores penalizações para trabalhadores e pensionistas, sobretudo os de mais baixos recursos, estiveram assim no centro das reivindicações deste 1.º de Maio.

Estando Portugal no meio do furacão das "guerras" internas da União Europeia, cercado por instituições que exigem medidas draconianas para prestar auxílio finance-

iro, e com o desemprego e a pobreza a aumentarem, o tema não poderia deixar de estar presente em todos os discursos e de balizar as reivindicações.

Assim, o combate à crise esteve no centro dos protestos – com especial relevo para o desemprego – a par com a reivindicação da salvaguarda da negociação colectiva e dos direitos dos trabalhadores.

Mas nas palavras de ordem não faltaram outras exigências. Numa dicotomia quase perfeita entre a exigência e a rejeição, gritou-se Av. da Liberdade abaixo: "Trabalho sim, desemprego não"; "Emprego de qualidade, sem precariedade"; "Justiça social sim, desigualdades não"; "Melhor situação, com mais contratação"; "Defender o emprego, com o Estado social".

Mobilização menos expressiva

Perante uma situação que é já muito complicada e face à perspectiva de que muita coisa pode tornar-se mais negra – não eram ainda conhecidas oficialmente

as reformas impostas pela 'troika', mas as notícias vindas a público eram catastróficas (mais do que uma semana mais tarde se veio a verificar), a manifestação da UGT – como aliás a da CGTP – denotou o desânimo que se abate sobre os portugueses. Ou seja, a mobilização foi menos expressiva que em anos anteriores.

"Não sei se veio menos gente. Houve sindicatos que tiveram recentemente eleições, particularmente o SBSI e o SBC, o SINTAP realiza hoje o seu Congresso, e isso tem influência. E além disso hoje comemora-se o Dia da Mãe. Mas quer a Febase, quer o SINTAP e muitos outros sindicatos estão aqui fortemente representados", afirmou João Proença, Secretário-geral da UGT.

De qualquer forma, mais uma vez os sindicatos responderam ao desafio da Central e mobilizaram os trabalhadores dos respectivos sectores para estarem presentes na Avenida da Liberdade, na quarta manifestação desde que a Central adoptou este modelo de comemoração do Dia do Trabalhador.

A gravidade da actual situação mundial e do País – com níveis de desemprego como há muito não se registava, precariedade laboral, encerramento de empresas e recurso abusivo ao lay-off, baixos salários e pensões – terá pesado na decisão de todos quantos não quiseram deixar de estar presentes e, sobretudo, na diversidade dos que desfilaram até aos Restauradores: homens e mulheres, jovens e menos jovens, trabalhadores no activo, desempregados e reformados.

Antes ainda das 14h30, trabalhadores de Norte a Sul do País começaram a juntar-se em torno do Marquês, empunhando bandeiras de sindicatos e panos com palavras de ordem. Longas faixas davam conta das reivindicações gritadas ao longo de todo o percurso, entre as quais "Trabalho sim, desemprego não" – a mais repetida, demonstrando bem qual a principal preocupação dos portugueses.

Tal como em anos anteriores e de acordo com a tradição deste tipo de eventos, a manifestação foi acompanhada por uma parafernália de elementos figurati-

Em discurso directo

A "Revista Febase" ouviu alguns dos participantes na manifestação organizada pela UGT sobre a razão por que decidiram desfilar.

Luís Ferreira, 43 anos, bancário

"É a primeira vez que venho a uma manifestação do 1.º de Maio. Achei que era importante marcar presença porque a situação do País é muito preocupante."

Aldina Silva, 44 anos, empregada num salão de chá

"Estamos no meio de uma grande crise, por isso há que vir para a rua mostrar o nosso descontentamento. Só todos juntos temos mais força."

Ana Teresa, 20 anos, estudante

"Sou um dos milhares de trabalhadores precários deste País. Os meus pais fizeram sacrifícios para eu poder estudar, fiz uma licenciatura em Turismo e num país que diz apostar no turismo eu não consigo um trabalho nessa área – estou num 'call center', a trabalhar a recibo verde. Este é o destino da minha geração e só nos resta protestar."

José Silvério, 56 anos, electricista da construção civil

"Não me lembro de isto estar tão mal. Alguma vez pensámos que nas obras íamos estar parados? Nunca! Mas é verdade, os patrões não têm obras e nós não temos trabalho. Isto está uma miséria, temos de protestar e fazer saber aos senhores do FMI que andam por aí que nós queremos trabalho."

Sílvia Nunes, 38 anos, trabalhadora dos seguros

"Acho que é importante mostrarmos que estamos cá e podemos fazer alguma coisa. Não podemos deixar que os governantes nos tirem os direitos conquistados ao longo dos anos pelas gerações anteriores. E face ao que se está a passar, penso que este ano ainda devia estar mais gente na rua, a participar."

José Morgado, 63 anos, bancário reformado

"Alguém pode estar contente com isto? Para os trabalhadores é uma desgraça, quem trabalha tem cada vez menos. E com o FMI aí coisa boa não vem, estou receoso. Temos de reclamar pelos nossos direitos. Costumava participar nas acções do 1.º de Maio sem grande regularidade, mas desde que a UGT começou a organizar a manifestação tenho vindo sempre."

Maria Lucinda Lopes, 51 anos, administrativa

"A situação está péssima e tudo o que se ouve é que vai ser pior ainda. Por isso temos obrigação de vir para a rua e mostrar a essa 'troika' que se for preciso fazemos como os gregos, que não tiveram medo de protestar. Não podemos deixar que continuem a retirar-nos direitos e regalias até à escravidão." ■

vos. Lá estiveram bombos, gigantones, bandas filarmónicas e ranchos folclóricos a alegrar o desfile.

Encabeçada pelos principais líderes da UGT – entre os quais João Proença, João de Deus, Delmiro Carreira, Rui Riso, Mário Mourão, Carlos Silva, Carlos Marques e Viriato Baptista – a manifestação começou cerca das 15h00, tendo como palavra de ordem bem presente no pano dianteiro "Defender o emprego, com o Estado social".

Febase à frente

Os trabalhadores do sector financeiro acorreram à manifestação da UGT. Sob a alçada

comum da Federação do Sector Financeiro (Febase), os trabalhadores representados pelos Sindicatos da Banca (SBSI, SBN e SBC) e dos Seguros (STAS e SISEP) ocuparam o primeiro lugar desde a cabeça da manifestação, logo a seguir à juventude, que tradicionalmente abre a manifestação logo atrás da faixa empunhada pelos dirigentes.

Assim, bancários e trabalhadores dos seguros desfilaram até aos Restauradores empunhando panos onde se podiam ler palavras de ordem genéricas – "Ven- cer a crise", "Defender o emprego", "Lutar pela defesa dos postos de trabalho, defender os trabalhadores" –, ou directamente relacionadas com o sector: "Sim à ►

negociação, não ao capitalismo de casino”.

Reunidos espacialmente num único grupo que representava o sector financeiro, os trabalhadores marcharam unidos por sindicatos e envergando todos t-shirts e bonés brancos com o logótipo da Federação. Além de um carro de apoio, a delegação contou ainda com o incentivo visual e sonoro dos bombos e Zé Pereiras do grupo “Amigos de Galegos”, de Penafiel, bem como os gigantes, além de enorme balões vermelhos e cartazes.

Recorde-se que antes da manifestação, bancários e trabalhadores dos seguros filiados nos cinco sindicatos da Febase reuniram-se num almoço-convívio nas instalações do SBSI na Marquês de Fronteira, de onde partiram para se juntarem aos restantes milhares de trabalhadores que participaram no 1.º de Maio da UGT.

Chuva penaliza protesto

Se durante metade do percurso o sol marcou presença, pouco antes de a manifestação atingir os Restauradores uns



chuviscos começaram a cair, e quando os dirigentes iniciaram os discursos chovia já copiosamente.

No palco montado para as intervenções sindicais tomaram a palavra João Proença e João de Deus.

O Presidente da UGT, que começou por dedicar o dia a “todas as mães”, de imediato referiu a profunda crise que o País atravessa. “Vivemos hoje dias de grande angústia, tristeza e desalento. Estamos perante um cenário ainda mais grave do que no ano anterior. Os sacrifícios a que todos fomos sujeitos no ano que passou não só foram insuficientes como ainda se agravou mais a situação de crise gravíssima que se abateu sobre nós”, ao ponto de ser necessário pedir ajuda externa para Portugal não entrar em insolvência.

João de Deus lembrou que este é o resultado do “ataque concertado do capital financeiro especulativo e das agências de rating ao nosso país”, sem que tenha havido uma resposta concertada e atempada da UE.

“O desemprego atinge níveis nunca vistos em Portugal, as desigualdades aumentaram, a crise social e a pobreza aumentaram”, afirmou, lembrando que “a UGT tudo fez para evitar este pedido de ajuda externa, porque sabemos que este pedido irá exigir de nós ainda mais e mais sacrifícios”.

João de Deus lembrou que a UGT celebrou um Acordo Tripartido que “contém as bases para um entendimento mínimo para que o País possa crescer e resolver os seus problemas de endividamento e empobrecimento”.

“A UGT irá lutar e estar contra medidas que ponham em causa os direitos dos trabalhadores, aumentem ainda mais a precariedade, ponham em causa o salário mínimo, reduzam os salários, redu-

zam as políticas activas de emprego e os apoios sociais, e ataquem a negociação colectiva”, garantiu o presidente da UGT.

Admitindo que serão precisos sacrifícios, João de Deus concluiu: “O que nos revolta e indigna é que sejam sempre os mesmos a sofrerem e a sacrificarem-se para resolver os problemas e as crises que outros criaram e alimentaram”.

“É preciso um bom acordo”

Depois de também saudar “as mães, e em particular as mães trabalhadoras, que continuam a ser vítimas de múltiplas discriminações”, João Proença referiu-se ainda aos desempregados, às famílias que sofrem a pobreza e exclusão e aos jovens, “que hoje têm realmente razão para recearem o futuro, que sofrem a precariedade e as dificuldades para encontrar emprego”.

E logo o líder da UGT concentrou a sua intervenção na ‘troika’ internacional: “A UGT sempre disse que não queria o FMI em Portugal. Infelizmente, a crise, a incapacidade de resposta da UE e sobretudo os erros políticos em Portugal tornaram obrigatória a ajuda internacional”.

“Os trabalhadores portugueses estão hoje pior do que há um ou dois anos. Fizemos sacrifícios e continuam a fazer mais sacrifícios, nomeadamente para corrigir o défice externo e combater os desequilíbrios das contas externas. Infelizmente, vamos ter de continuar a fazer mais sacrifícios. Por isso dizemos claramente à ‘troika’, ao Governo e aos partidos políticos que não podemos aceitar quaisquer condições e sacrifícios”, disse o líder da UGT, salientando: “É necessário um acordo, mas queremos um bom acordo, que crie condições para um futuro melhor dos portugueses”.

João Proença deixou claro que a Central estará contra cedências com políticas de desregulação social. Para a UGT são condições fundamentais o respeito integral pela Constituição, bem como pelo Acordo Tripartido para a Competitividade e o Emprego, porque “os acordos são para

cumprir, pelo actual governo ou pelo futuro governo”. Do mesmo modo, a Central Sindical exige o respeito pela negociação colectiva, que é “um direito constitucional dos sindicatos”. Para a UGT é igualmente inaceitável que sejam postos em causa os 13.º e 14.º meses dos trabalhadores e pensionistas.

Respeito pelos direitos adquiridos

Num momento de particular ataque aos direitos dos trabalhadores, a UGT, pela voz do seu líder, deixou a mensagem de que não aceitará redução dos direitos adquiridos dos trabalhadores no activo, nem que seja posto em causa o emprego público. “Muitos querem atingir os trabalhadores no activo com a brutal quebra de direitos. Dizemos claramente que não aceitaremos. E não aceitaremos que se ponha em causa o Estado social”.

“Estas são condições indispensáveis para a UGT manifestar apoio – ou pelo menos concordância – para um diálogo necessário para levar à prática medidas pela defesa dos trabalhadores”, frisou.

A Central Sindical está igualmente preocupada com o nível de desigualdade registado em Portugal, e considera imprescindível a sua redução. “A UGT deixa claro que vai bater-se pelo aumento dos salários e das pensões, particularmente os mais baixos”.

Defesa da negociação colectiva

A defesa da negociação colectiva é fundamental para a UGT e o Secretário-geral da Central Sindical sublinhou-o por diversas vezes na sua intervenção. “Continuaremos a bater-nos por acordos de negociação colectiva e de concertação, e pelo respeito pelos compromissos assumidos nesses acordos”, frisou, acrescentando: “Continuaremos a bater-nos pela manutenção dos postos de trabalho”.

Na mesma linha estratégica está a defesa do Estado social, actualmente no centro de múltiplos ataques. “Muitos querem hoje pôr em causa o Estado social. Não podemos permitir.” Mais do que nunca, disse, “é o Estado social que garante a igualdade de oportunidades e o mínimo de dignidade àqueles que sofrem a pobreza e a exclusão social”.

Por fim, também o sector financeiro foi alvo de críticas. “É necessária uma regulação efectiva do sector financeiro”, disse João Proença, defendendo o combate à especulação, aos paraísos fiscais e a criação de uma taxa sobre as operações financeiras especulativas. A Central exige ainda o combate à economia clandestina e a fraude fiscal.



Unidade global é essencial

“Em todo o Mundo os trabalhadores estão sob o ataque de corporações, de políticos e de regimes autoritários”, denunciou Philip Jennings, Secretário-geral da UNI, lembrando o compromisso de unir e organizar os trabalhadores para resistirem e lutarem por “trabalho digno, salário justo e justiça social”.

Até agora, 2011 tem sido um desafio para os trabalhadores, considerou a UNI, recordando as revoluções e revoltas no Oriente Médio e Norte de África, onde os sindicatos têm liderado o esforço pela mudança. E se se registaram vitórias históricas na Tunísia e no Egipto, noutros países, como a Líbia e Bahrain, os regimes autoritários continuam a esmagar os protestos com brutal violência.

A UNI chama ainda a atenção para a ameaça aos direitos dos trabalhadores nos Estados Unidos, onde em vários estados os republicanos têm feito uma campanha política no sentido de privar os trabalhadores públicos dos direitos de negociação colectiva. Este ataque desencadeou protestos populares maciços, mas o resultado final para os trabalhadores não é claro.

“Estes são tempos de desafio para as famílias trabalhadoras de todo o Mundo. Agora, mais do que nunca, precisamos de estar unidos nos sindicatos e no movimento sindical global para lutar pelos nossos direitos”, exortou Philip Jennings.

A UNI está empenhada em cumprir o seu plano de acção, cujo objectivo principal é conseguir mais direitos e melhores condições para os trabalhadores de todo o Mundo.

Trabalhar em conjunto com os sindicatos filiados para organizar globalmente os trabalhadores dos serviços, bem como assinar acordos-quadro globais garantindo direitos laborais e sindicais aos trabalhadores das multinacionais são outros objectivos.

“Só com o aumento da sindicalização seremos capazes de mudar as regras do jogo no mercado de trabalho global e garantir que a voz dos trabalhadores seja ouvida”, defendeu o Secretário-geral da UNI.

CGTP na Alameda

A CGTP comemorou o 1.º de Maio novamente na Alameda D. Afonso Henriques, onde culminou a manifestação que teve início no Martim Moniz.

Carvalho da Silva, que participou pela última vez enquanto líder da Central, focou as críticas na “ingerência da União Europeia e do FMI” e anunciou duas manifestações para o dia 19, em Lisboa e Porto. ■

Pelo Mundo

Muito protesto por melhores salários

Um pouco por todo o Mundo, milhões de trabalhadores comemoraram o 1.º de Maio, aproveitando o dia de homenagem aos “mártires de Chicago” de 1886 para protestar pelas cada vez maiores dificuldades a que são sujeitos. Face à crise global reivindicaram mais trabalho, aumentos salariais e melhores condições laborais e de vida.

Das múltiplas manifestações, a “Revista Febase” destaca apenas algumas.

Espanha: com uma taxa de desemprego que já ultrapassa 20% e a ameaça dos especuladores a pairar sobre o país e a vida dos cidadãos, milhares de espanhóis saíram à rua neste 1.º de Maio, participando em manifestações organizadas nas principais cidades do país, nomeadamente em Madrid e Barcelona. A luta contra o desemprego foi o tema dominante nas palavras de ordem e nos cartazes.

Suíça: o desemprego e a precariedade também já chegaram ao país das contas bancárias secretas. Apesar do forte dispositivo policial montado, os trabalhadores desfilarão em Zurique, empunhando cartazes reivindicando o direito ao salário mínimo e reclamando aumentos salariais.

Áustria: cerca de 100 mil manifestantes desfilarão em Viena, exigindo melhores salários e menos impostos. “Quando as coisas estão mal, os contribuintes é que pagam”, lia-se num cartaz.

Alemanha: o dia foi agitado, principalmente em Berlim e Hamburgo, cidades em que as forças policiais montaram fortes dispositivos de segurança. As manifestações foram convocadas pelos sindicatos, que exigiram melhores salários.

Grécia: há um ano fustigados pelas receitas impostas pelo FMI e sob ameaça de novas medidas de austeridades, os trabalhadores gregos aproveitaram o Dia do Trabalhador para mais uma vez protestarem. As maiores manifestações realizaram-se em Atenas e Salónica, onde as palavras de ordem que dominaram o protesto foram contra o FMI e os políticos gregos: “Não pagaremos pela crise deles”, “fiquem com o vosso plano de austeridade e vão-se embora” e “nenhum sacrifício para a plutocracia”.

Polónia: A religião levou a melhor e os trabalhadores ficaram sem festa nem protesto: a manifestação do 1.º de Maio foi anulada devido às cerimónias de beatificação de João Paulo II.

Hong Kong: os trabalhadores continuam a trabalhar muito e a ganhar muito pouco. Isso mesmo disseram os sindicatos neste dia de luta, denunciando que o novo salário mínimo – de 2,43 euros por hora – é insuficiente para a sobrevivência das famílias. ■

Eleições no SBSI e no SBC

Bancários escolhem listas de continuidade

Nas eleições do SBSI, os associados deram a vitória à Lista A, encabeçada por Rui Riso, que aglutinou mais de 61% dos votos expressos.

Já no SBC, a única lista a apresentar-se ao sufrágio mereceu a confiança de mais de 30% do total dos sócios do Sindicato, que assim reelegeram Carlos Silva

Texto: Inês F. Neto

Na Assembleia Geral Eleitoral, que decorreu nos dias 13 e 14 de Abril, os associados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) elegeram os seus dirigentes para o quadriénio que irá concluir-se em 2015, dando a maioria dos votos à lista que prometia dar continuidade ao trabalho desenvolvido no anterior mandato.

Mais de 25% dos associados participou neste acto eleitoral e a maioria deu a vitória à Lista A, que chamou a si mais de 61% dos votos expressos – um total de 7011 votos –, enquanto a Lista B, com 4298 votos, ficou a mais de 2600 votos de distância.

Se a Lista A venceu a eleição para a Direcção, o mesmo aconteceu para a Mesa Coordenadora dos Órgãos Deliberativos Centrais (Mecodec), pelo que, nos próximos quatro anos, estes dois órgãos sociais do SBSI serão liderados por Rui Riso e Arménio Santos, respectivamente, que substituem Delmiro Carreira e Manuel Camacho naquelas funções.

Recorde-se que os associados do SBSI tiveram ao seu dispor três meios para expressarem a sua vontade: voto electrónico (dias 13 e 14), voto presencial (dia 14, nas mesas centrais e nas mesas descentralizadas criadas para o efeito) e voto por correspondência. Em todos eles a vitória foi dada à Lista A.

Quanto às eleições de delegados ao Congresso do Sindicato, os números apurados representaram uma vitória da Tendência Sindical Socialista, que obteve 3785 votos, contra os 2002 da



Tendência Social-Democrata e os 1614 da Tendência Mudar, enquanto os independentes que apoiavam a Lista A somaram 1650 votos, contra os 1831 dos independentes que apoiavam a Lista B.

A tomada de posse dos novos Corpos Gerentes decorreu no dia 5 deste mês (ver reportagem nas páginas do SBSI desta edição).

SBC: lista única

Ao acto eleitoral no Sindicato dos Bancários do Centro (SBC), que se realizou dia 14 de Abril, apenas se apresentou uma lista, a Lista A, baseada nos actuais Órgãos Sociais. Segundo a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral (MAG/CG), a votação ultrapassou a barreira dos 30% dos cerca de seis mil associados inscritos nos cadernos de recenseamento eleitoral.

Embora grande parte dos associados do SBC tenha optado pelo voto por correspondência, registou-se igual-

mente uma votação presencial muito significativa, com largas centenas de sócios a exercerem o seu direito sobretudo nas mesas das quatro Secções Regionais, mas também nas que foram criadas nas agências onde existem delegados sindicais.

De um total de 5.805 eleitores, votaram 1.883 sócios (32,44%). A Lista A obteve 93,37% dos votos expressos, assim distribuídos pelos órgãos: Direcção e MAG/CG: 94,8% dos votos expressos; Conselho Fiscalizador de Contas: 94,64%; Conselho Disciplinar: 94,42%; Secretariado Sindical de Reformados: 35%.

A tomada de posse dos novos Corpos Gerentes do SBC teve lugar no dia 4 de Maio (ver reportagem nas páginas do SBC nesta edição).

Os Sindicatos da Febase saudaram já os Corpos Gerentes do SBSI e do SBC pela vitória nos respectivos actos eleitorais e a todos desejaram votos de bom trabalho na defesa dos interesses dos bancários. ■

A crise e a negociação colectiva em Portugal

O País está a atravessar uma das maiores crises políticas e financeiras de que há memória no pós-25 de Abril e, a fazer fé no posicionamento dos partidos da área do poder, não se vislumbra que os resultados a sair das próximas eleições venham criar as condições para a existência dum desejável Governo maioritário forte e coeso, capaz de relançar a nossa vulnerável economia e equilibrar as nossas finanças públicas

Texto: Luís Dias

Os trabalhadores portugueses e as suas organizações representativas têm sido os mais afectados com esta situação, quer a nível do elevado índice de desemprego, aumento de impostos e redução sistemática do seu poder de compra.

Por sua vez, as entidades patronais têm procurado retirar o máximo de dividendos, despedindo colectivamente, encerrando empresas, algumas através de processos de falência fraudulentos, exigindo mais e mais flexibilidade na legislação do trabalho, opondo-se sistematicamente à normalização das relações de trabalho, pondo em causa a negociação colectiva e os acordos alcançados em sede da concertação social, numa atitude sem precedentes do “quero, posso e mando”.

E quando procuram incumprir o exarado de boa-fé nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, devidamente publicados e em vigor, socorrem-se de “doutos” pareceres jurídicos, encomendados à “medida”, para fundamentarem unilateralmente as suas posições, ao arreio da legislação vigente e das decisões das autoridades arbitrais, sem qualquer pinga de bom senso e de ética.

Estranha-se assim ou talvez não, este (in)explicável comportamento dos representantes dos detentores do capital social das nossas empresas, de procurarem ir, sistematicamente, de desregulamentação em desregulamentação até à desregulamentação final das convenções colectivas, esbulhando-as de direitos conquistados arduamente e que, contrariamente ao que pretendem fazer crer, a sua manutenção não tem feito perigar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro das empresas sob sua gestão.

Outro tanto não poderá ser dito dos modelos de gestão que aplicam nas suas empresas que, bastas vezes, as conduzem para situações muito complicadas, cujo resultado final é a sua falência, apesar dos avisos à navegação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas.

Tarda então a ser compreendido o papel das estruturas representativas dos trabalhadores, parceiros associados, no contexto do sistema produtivo, como elementos potenciadores da perenidade e boa saúde financeira das empresas, através de processos de negociação colectiva conseguidos, onde as partes se credibilizam, cumprindo e fazendo cumprir os acordos subscritos de boa-fé e publicados administrativamente.

É que, mais do que nunca, as relações de trabalho merecem ser respeitadas

pelos seus destinatários e qualquer alteração a introduzir nas mesmas deverá ser objecto duma negociação, sem qualquer imposição de metodologias ou de matérias castradoras da livre vontade negocial de qualquer das partes, atento o paradigma de que uma relação de trabalho é sempre uma relação desequilibrada para o trabalhador, porque ele é, por natureza, o elo mais fraco da cadeia produtiva.

Urge pois, nesta conjuntura de crise generalizada, que os representantes do capital accionista das nossas empresas e os representantes dos trabalhadores estabeleçam, em sede da negociação colectiva, as necessárias pontes de entendimento, para que não ecludam no seu seio graves conflitos, que possam fazer perigar os tão almejados equilíbrios dinâmicos e, bem assim, a paz social, sem os quais o sucesso ou insucesso das nossas empresas também passa por aí.

Às partes negociadoras é-lhes, ainda, exigido que cumpram com o imperativo inserto no Código do Trabalho, de negociarem sempre de boa-fé, e façam um esforço para construírem um instrumento colectivo de trabalho ajustado à realidade social, económica, financeira, empresarial e funcional da sua empresa e ou sector de actividade.

Será pedir muito nesta conjuntura? ■

Relançamento da negociação colectiva

Realizou-se, no passado dia 3 e a pedido da APS, uma reunião, onde estiveram presentes representantes dos três Sindicatos, com a finalidade de ser abordada a questão do relançamento da negociação colectiva no sector de Seguros, tendo-se a APS comprometido a apresentar, até 15 de Junho, uma proposta, com vista à substituição do actual CCT para a Actividade Seguradora. Outro tanto irá acontecer com os Sindicatos que, de *per si* ou em conjunto, irão também apresentar as suas propostas.

Aproveitamos para informar os trabalhadores de Seguros, associados do STAS, que qualquer atropelo ou incumprimento do actual CCT será objecto das competentes acções judiciais, para repor a legalidade da sua aplicabilidade, contra os seus autores individuais e/ou colectivos.

Para o efeito, os Serviços Jurídicos do Sindicato estão ao inteiro dispor dos associados. Será desta vez que, finalmente, o sector de Seguros irá ser dotado de um Contrato Colectivo moderno e ajustado a uma realidade cada vez mais exigente?

A Direcção, como aliás tem sucedido desde o ano de 2000, irá procurar esforçar-se nesse sentido, mas salvaguardando sempre os legítimos interesses e direitos dos associados.

Em causa cortes salariais impostos pelo OE2011

Provedor de Justiça responde a queixa da Febase

O Tribunal Constitucional é o órgão habilitado para tomar uma decisão sobre a eventual inconstitucionalidade das normas do Orçamento do Estado para 2011, que impõe cortes salariais na Função Pública e nas empresas do sector empresarial do Estado, considera o Provedor de Justiça. E face aos requerimentos a esse propósito já apresentados ao Tribunal Constitucional, Alfredo de Sousa decidiu não avançar com mais um pedido de fiscalização, pois "não teria neste momento qualquer efeito útil".



"Não creio, no entanto, que valha a pena autonomizar esta questão", diz o Provedor, apresentando duas ordens de razões. Por um lado, "na aferição da licitude constitucional da medida, a relevância (ou não) da excepcionalidade da situação vivida operará (ou não) independentemente das razões formais invocadas". Por outro, se é alegada a violação do princípio da igualdade por não abranger os trabalhadores do sector privado, se fossem excluídos os trabalhadores do sector empresarial do Estado não só se "agravaria a situação contestada como criaria mais uma diferenciação entre os trabalhadores pagos com dinheiros públicos".

Outra questão invocada diz respeito ao facto de a redução remuneratória incidir sobre parcelas da remuneração que não deveriam estar incluídas. Alfredo de Sousa não lhe dá especial relevância, referindo que o legislador excluiu e salvaguardou "os montantes abonados a título de subsídio de refeição, ajuda de custo, subsídio de transporte ou o reembolso de despesas efectuado nos termos da lei e os montantes pecuniários que tenham natureza de prestação social".

"Estando atingida pela medida orçamental a própria remuneração base – a existir um princípio constitucional de irredutibilidade ou intangibilidade do vencimento, a parcela correspondente à remuneração base seria por natureza a mais irredutível ou intangível", frisa.

Também alvo de queixas é a alegada impossibilidade de normas como as do Art.º 19.º do OE2011 integrarem o pró-

prio Orçamento. "A questão da inserção nas leis orçamentais de matérias 'estranhas' à função constitucionalmente atribuída ao Orçamento do Estado foi já por diversas vezes tratada pela jurisprudência, designadamente do Tribunal Constitucional, que tem vindo a sustentar a sua admissibilidade face à Lei Fundamental", responde o Provedor.

Razões formais, razões materiais

Alfredo de Sousa recorda que foi já apresentado ao Tribunal Constitucional e em sede de fiscalização abstracta sucessiva da constitucionalidade um requerimento subscrito por um grupo de deputados à Assembleia da República.

Nesse requerimento, as normas do Art.º 19.º do OE são postas em causa por razões formais – princípio constitucional que garante às organizações representativas dos trabalhadores a participação na elaboração da legislação do trabalho –, e por razões materiais, por referência aos princípios do Estado de direito (nomeadamente aos subprincípios da segurança jurídica e da protecção da confiança) da igualdade, "igualmente se alegando a violação do princípio de não redutibilidade do salário do trabalhador".

Sobre a invocada violação de princípios e regras constitucionais pela forma e pelo conteúdo das normas, a primeira consideração do Provedor é que "constando do referido requerimento as questões com maior relevância do ponto de vista jurídico-constitucional sobre a matéria, cabe agora aguardar-se pelo acórdão do Tribunal Constitucional que sobre as mesmas decidirá".

"Tomada aquela iniciativa, nunca seria oportuna a apresentação pelo Provedor de Justiça de pedido autónomo ao Tribunal Constitucional com o mesmo objecto, embora porventura com fundamentos (que se não antevêem) diversos", frisa. Até porque, adianta, "o Tribunal Constitucional tem poderes para, sobre as mesmas normas sindicadas, formular quaisquer juízos com base em qualquer arrimo constitucional pos-

sível, posto que distinto dos que são invocados pelos requerentes".

Assim, conclui, "não teria neste momento qualquer efeito útil, apenas eventualmente servindo para atrasar a decisão".

Fiscalização abstracta

Quanto às questões mais substantivas do requerimento, Alfredo de Sousa sublinha que qualquer direito ou princípio constitucional "não têm carácter absoluto, podendo ceder perante outros direitos, interesses ou princípios com relevância constitucional e com os quais tenham de ser compatibilizados".

E dá como exemplo o pedido do Presidente da República de fiscalização sucessiva da norma do Art.º 68.º, n.º 1, do Código do IRS (criação de um escalão adicional no IRS e aumento do valor das taxas em todos os escalões), a que o Tribunal Constitucional não deu provimento, "não declarando a inconstitucionalidade da norma em causa".

"Como se sabe, o Presidente da República invocou igualmente, para fundamentar aquele seu pedido, a violação da protecção da confiança ínsita na noção de Estado de Direito consagrada no Art.º 2.º do texto constitucional".

Ou seja, "o Tribunal Constitucional enquadrrou, no aresto mencionado, a

questão da protecção da confiança no contexto difícil das finanças do Estado então vivido, e que, como se sabe, se mantém actualmente, sendo por isso natural que volte, no caso das normas do Art.º 19.º do OE, a aferir da respectiva constitucionalidade tendo por pano de fundo este mesmo contexto muito particular".

Assim, o Provedor de Justiça conclui: "Na presente situação, caberá ao Tribunal Constitucional formular um juízo a respeito desta outra realidade, do mesmo modo decidindo, face às motivações invocadas, sobre a licitude da distinção entre o universo abrangido pelo Art.º 19.º do OE2011 e os demais trabalhadores (ou, noutra aceção, cidadãos-contribuintes)".

E aconselha a que se aguarde a decisão daquele Tribunal, que gozará "de força obrigatória geral". ■

Defesa dos postos de trabalho é a prioridade da Febase

A defesa e manutenção dos postos de trabalho no sector bancário é o objectivo prioritário definido pelo Secretariado da Febase. Relativamente à revisão salarial, a Federação considerou ser ainda possível chegar a um acordo de consenso, pelo que vai iniciar um conjunto de diligências ao mais alto nível com as Instituições de Crédito

O Secretariado da Federação do Sector Financeiro (Febase) reuniu-se dia 11 de Maio para fazer uma análise exhaustiva da situação no sector bancário e decidir as acções a desencadear face à insistência do Grupo Negociador das Instituições de Crédito (IC) no congelamento salarial, transmitido na sessão realizada na véspera.

No entanto, a maior preocupação da Febase centra-se nas recentes informações que têm surgido sobre o encerramento de balcões de várias Instituições.

O Secretariado elegeu como prioritário a defesa e manutenção dos postos de trabalho, afirmando-se disponível para, em conjunto com os trabalhadores que representa, levar este objectivo até às últimas consequências – deixando claro que se oporá, por todos os meios ao seu dispor, a qualquer tentativa de despedimentos na Banca.

Insistir num acordo

Quanto à revisão salarial, a situação mantém-se num impasse. Na última sessão de negociações, realizada dia 10 de Maio, o Grupo Negociador repre-

sentante das IC subscritoras do ACT do sector bancário não evoluiu na posição que tem defendido.

Recorde-se que na sessão anterior o Grupo Negociador tinha argumentado necessitar conhecer as medidas decididas para o resgate de Portugal, e só então adiantaria a sua posição.

Questionado agora pela Febase, o Grupo Negociador argumentou que, ao contrário do que era expectável, a situação do País em nada se alterou, pelo que não estava em condições, para já, de evoluir na sua proposta inicial – ou seja, manteve-se irredutível no congelamento salarial.

O Secretariado da Febase analisou esta posição na sua reunião, concluindo que não estão ainda esgotadas as possibilidades de se obter um acordo de consenso.

Assim, vai iniciar um conjunto de diligências ao mais alto nível, tendo por objectivo confrontar os Bancos com a situação de injustiça que se verificará se se mantiver o congelamento dos salários.

As negociações entre as partes vão prosseguir, em data a agendar brevemente. ■

Sindicatos acompanham situação no Montepio

Os três Sindicatos verticais reuniram-se com a Administração do Montepio Geral para discutir as alterações introduzidas no Estatuto dos trabalhadores da Instituição.

Na reunião, que se realizou dia 27 de Abril, a Administração do Montepio não revelou abertura para uma eventual negociação das alterações introduzidas na circular 1243 (Estatuto dos Trabalhadores do Montepio Geral).

Trata-se de alterações introduzidas num normativo interno da empresa, efectuadas numa altura em que o Montepio Geral absorveu, por Oferta Pública de Aquisição, o Finibanco.

Segundo o comunicado conjunto dos três Sindicatos – SBSI, SBN e SBC – "não houve por parte da Administração qualquer abertura para uma eventual negociação das alterações introduzidas na referida Norma, nomeadamente da possibilidade de a mesma vir a abranger os trabalhadores agora integrados no Montepio Geral".

Na reunião, a Administração afirmou que nas alterações introduzidas houve a preocupação de não proceder a alterações no vencimento líquido dos trabalhadores do Montepio, antes proceder ao "congelamento" do Complemento Remuneratório, sendo a tabela salarial aumentada nas percentagens que vierem a ser acordadas na mesa negocial.

Na parte referente às diuturnidades, "foi afirmado que quem já tem direito às anuidades vai manter esse direito até perfazer a próxima diuturnidade", lê-se no comunicado.

Os Sindicatos vão continuar a acompanhar o evoluir da situação no Montepio Geral, nomeadamente no que se refere à integração dos trabalhadores do ex-Finibanco.



Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Fevereiro

Veja toda a informação em : www.fotofebase.blogspot.com

SBC Tema Livre



"Futuro"
Bruno José



"O caminho de todos os dias"
José Pinto



"Sem destino"
Fernando Machado

SBC Os Quatro Elementos



"Desabrochar"
Bruno José



"Esquecido ao vento"
Bruno José



Sócio SBC, envie as suas fotos para:
fotofebase.sbc@stas.pt

SBN Tema Livre



"Reformada"
Teresa Ramada



"Olhares da alma"
Francisco Oliveira



"Chaminé"
Teresa Ramada

SBN Os Quatro Elementos



"Mau tempo"
Jorge Viana Basto



"Corpo de mulher"
João Ernesto



"Água brava"
Teresa Ramada

SBSI Tema Livre



"Luminoso"
José Barreiro



"De regresso ou de partida"
José Canelas



"Fortaleza"
Alvaro Carvalho

SBSI Os Quatro Elementos



"Salpicos"
Hugo Silva



"Águas de Outono"
Orlando Viegas



"Entre mundos"
José Canelas

STAS Tema Livre



"À espreita"
Maria João Indício



"Formas e texturas"
João Sales



"Despenteada"
Maria João Indício

STAS Os Quatro Elementos



"Marca"
João Sales



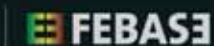
"Véu"
Luís Silva



Sócio STAS, envie as suas fotos para:
fotofebase.stas@stas.pt



A Equipa FOTO FEBASE



A actualização da antiguidade na pré-reforma

Texto: **JOSÉ LEITÃO***

Os trabalhadores de seguros têm direito a um prémio de antiguidade, ao completarem 10 anos de actividade seguradora, seguidos ou interpolados, prestados às entidades empregadoras a que se aplica o CCT para a Actividade Seguradora.

Nos termos da Cláusula 45.ª, n.º 2 do CCT para a Actividade Seguradora de 1995, todo o trabalhador tinha direito a um prémio de antiguidade de 10% ao completar 10 anos e de 1% por cada ano completo a mais, até ao limite de 30%. As percentagens acima referidas incidirão, em todos os casos, sobre o ordenado base do nível X (n.º 5 do Art. 45.º do CCT).

Por força da alteração introduzida em 2002, no n.º 2 da Cláusula 45.ª do CCT, foi eliminado o limite de 30% e os trabalhadores que tinham atingido o anterior máximo de 30% viram o seu prémio de antiguidade actualizado para as percentagens correspondentes ao número de anos de antiguidade acumulada.

A actualização da antiguidade opera-se, fazendo multiplicar a nova percentagem de antiguidade (anos de actividade seguradora) pelo valor que tiver nesse ano o ordenado base do nível X.

Os trabalhadores podem, por acordo com a entidade empregadora, passar à situação de pré-reforma, tal como prevê o CCT e o Código do Trabalho (CT).

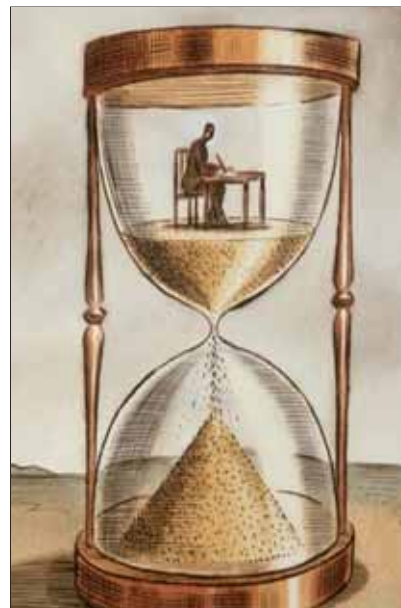
Nos termos do Art. 318.º do CT, considera-se pré-reforma a situação de redução ou suspensão da prestação de trabalho, constituída por acordo entre empregador e trabalhador com idade igual ou superior a 55 anos, durante a qual este tem direito a receber do empregador uma prestação pecuniária mensal.

O acordo é efectuado por escrito e determina a data do seu início, bem como os direitos e obrigações de cada uma das partes, nomeadamente o valor da prestação anual de pré-reforma, modo da sua actualização e número de prestações mensais em que será paga.

Os acordos de pré-reforma que têm sido celebrados na actividade seguradora traduzem-se na suspensão da prestação de trabalho por acordo e mediante o pagamento de uma prestação mensal.

Estes acordos celebrados entre as entidades empregadoras e os trabalhadores revestem-se da maior importância para avaliar as prestações a que os trabalhadores têm direito ao longo da pré-reforma, com veremos mais detalhadamente.

Com efeito, nos termos da Cláusula 60.ª do CCT, as prestações de pré-reforma



são actualizadas conforme estiver estabelecido no acordo individual de pré-reforma de cada trabalhador ou, sendo este omissivo, nos termos da lei aplicável.

Uma questão que tem sido suscitada, e foi objecto de diversas decisões judiciais, consiste em saber se o prémio de antiguidade se actualiza ou não durante o período de pré-reforma.

Para responder a esta questão teremos de ter presente que o contrato de trabalho que vinculava as partes antes da celebração do acordo de pré-reforma não cessa, tendo a prestação de pré-reforma natureza salarial e sendo-lhe, por isso, aplicáveis as alterações laborais entre-tanto efectuadas no CCT.

Uma situação concreta apreciada pelo Tribunal de Trabalho foi a da aplicação das novas regras, em matéria de contagem da antiguidade estabelecidas pelo CCT de 2002, quando eliminou o limite de 30% na contagem da antiguidade. As decisões judiciais foram no sentido de que o novo critério de cálculo do prémio de antiguidade, convencionado no CCT para a Actividade Seguradora, em vigor desde 1 de Janeiro de 2002, era aplicável aos trabalhadores que, nessa data, já se encontravam na situação de pré-reforma, se os mesmos nada estipularem em contrário.

Neste sentido podem referir-se diversas sentenças e acórdãos já transitados em julgado. Foi o caso, nomeadamente, da sentença proferida no processo n.º 4055/05.3, que correu seus termos pelo 2.º Juízo, 3.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Lisboa, e o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, no processo n.º 78/

05.0TTLSB, de 18/10/2006 (Apelação n.º 5097/06).

As decisões têm por fundamento, de entre outras, a aplicação imediata das normas laborais no tempo, no que diz respeito ao conteúdo e efeitos futuros dos contratos anteriores (com base no disposto no Art.º 12/2, 2.ª parte do Código Civil).

Saber se, em concreto, se deve actualizar a antiguidade na situação de pré-reforma, passa necessariamente pela interpretação das cláusulas do acordo de pré-reforma, uma vez que as partes podem estipular que assim não suceda.

Os acordos de pré-reforma são negócios jurídicos e postulam uma interpretação, entendida como uma actividade dirigida a fixar o seu sentido e alcance decisivos, segundo as respectivas cláusulas integradoras.

Em matéria de interpretação, devemos ater-nos às regras de interpretação em matéria de declaração negocial estabelecidas no Art.º 236.º do CC. Assim, a declaração negocial vale com o sentido que um declaratório normal, colocado na posição do real declaratório, possa deduzir do comportamento do declarante, salvo se este não puder razoavelmente contar com ele. Sempre que o declaratório conheça a vontade real do declarante, é de acordo com ela que vale a declaração emitida. Caso assim não suceda, deve prevalecer o sentido objectivo que se obtenha do ponto de vista do declaratório concreto, supondo-o uma pessoa razoável, quer isto dizer, deve ter-se em conta o homem normal e médio e os elementos que teria para tirar conclusões, quando colocado na posição do destinatário.

Quer isto dizer que a actualização da prestação de pré-reforma e, designadamente, da percentagem de antiguidade, deve fazer-se de acordo com as regras estabelecidas no CCT, excepto se do acordo de pré-reforma resultar que as partes pretenderam que a antiguidade não fosse actualizável, ou consagraram outra solução. Esta é também uma opção legítima das partes, pese embora o facto de, como referimos, o contrato individual de trabalho não ter cessado, mas estar apenas suspenso com a passagem à pré-reforma. Impõem-no a liberdade das partes na definição das cláusulas do acordo de pré-reforma, bem como as regras da boa-fé na interpretação dos acordos. ■

*Advogado, Director dos Serviços Jurídicos do STAS

Ténis

Filipe Rebelo leva título nacional para Coimbra

Texto: **Rui Santos**



A 28.ª edição do torneio nacional interbancário de ténis chegou ao fim, com a realização das finais, que tiveram lugar em Coimbra, no primeiro fim-de-semana de Março. E Filipe Rebelo, fazendo jus à ideia feita de que jogar em casa é uma vantagem, acabou por se sagrar campeão nacional, depois de bater João Moreira Silva, do Norte, no jogo derradeiro da competição

As finais nacionais contaram com a presença de quase meia centena de tenistas, em representação dos três Sindicatos verticais do sector bancário. E a cidade de Coimbra recebeu as delegações com excelentes condições climatéricas para a prática da modalidade e sem a presença do vento forte que os tenistas tanto detestam.

O destaque maior vai para os representantes do Sindicato dos Bancários do Centro, que chamaram a si três dos sete títulos nacionais, com Filipe Rebelo a vencer a prova de seniores masculinos, tal como Olga Alfaiate em seniores femininos e a dupla Filipe Rebelo e Paulo Araújo na vertente de pares masculinos.

Outros três dos restantes títulos nacionais couberam à representação do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, com José Manuel Frazão a vencer na vertente de veteranos +55, António Ramos Sousa, em veteranos +60 e a dupla formada por Ana Catarina e Margarida Araújo, em pares femininos, enquanto José Maria Santiago arrebatou o título nacional de veteranos para o Sindicato dos Bancários do Norte.

Como já referimos, Filipe Rebelo impôs-se a João Moreira Silva na final de seniores masculinos, depois de Diogo Palma, do SBSI, ter ganho a Filipe Lima, do SBN, no jogo de consolidação, para apuramento do terceiro e quarto classificados.

Na final de seniores femininos, Olga Alfaiate bateu Margarida Araújo, do SBSI, depois de Ana Catarina Silva, do SBSI, se ter imposto a Arlete Costa, do SBN, no jogo de consolidação.

A dupla formada por Ana Catarina e Margarida Araújo, do SBSI, levou a melhor sobre Arlete Costa, do SBN, e Olga Alfaiate, do SBC, na final de pares femininos.

Já na vertente de pares masculinos, Filipe Rebelo e Paulo Araújo, do SBC, bateram na final a dupla do Norte, formada por Fernando Cunha e Marques Almeida. E, no jogo para apuramento do terceiro, António Roberto e José Frazão, do SBSI, derrotaram José Santiago e Guedes da Costa, do SBN.

Em veteranos, José Maria Santiago bateu Hélder Martins, do SBSI, na final, depois de João Espinha, do SBSI, se ter imposto a Joaquim Guedes da Costa, do SBN, no duelo de apuramento dos terceiro e quarto classificados.

Em veteranos com mais de 55 anos, houve duas vitórias sulistas sobre tenistas nortenhos, com José Manuel Frazão a impor-se a Fernando Cunha, na final, depois de António Campos Palma



Olga Alfaiate e Ana Catarina Silva defrontaram-se nas meias-finais

ter batido Paulo Horta no jogo de consolidação.

Também em veteranos com mais de 60 anos, a vitória sorriu a um representante do SBSI, António Ramos Sousa, que, na final, bateu José Bessa, do SBN. Mas outro tenista do SBN, Marques Almeida, haveria de ganhar a Delfim Caseira, do SBSI, na luta pelo terceiro lugar. ■

Texto: **VASCO GARCIA**

Plena de emoções a tomada de posse dos novos órgãos sociais do SBC

O adeus de Mário Figueira e a criação do Sindicato único marcaram a cerimónia



Muitos dirigentes sindicais testemunharam a despedida emocionada de Mário Figueira



Num sindicato de “memórias e afectos”, como o SBC, é natural que aqueles que dedicaram muito do tempo e esforço de uma vida para defender o Sindicato e os seus trabalhadores sejam recordados e homenageados.

Foi o que aconteceu na cerimónia de tomada de posse dos novos corpos sociais do SBC, que ficou marcada pela homenagem ao até então Presidente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, Mário Figueira. “Um sindicalista da velha guarda” – como descreveu João Proença, Secretário-geral da UGT – que abandonou as suas funções debaixo de uma

ovação de pé de uma emocionada plateia que encheu a sala do Hotel D. Inês.

Na hora da despedida, Mário Figueira recordou algumas das principais conquistas em 40 anos de sindicalismo: a criação dos SAMS – “um dos melhores subsistemas de saúde do País” – e o acordo tripartido para integrar os bancários na Segurança Social – “uma conquista há muito desejada”. Deixando aos novos dirigentes o desejo de “um mandato repleto de vitórias sindicais”, o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral terminou com uma garantia: “estarei sempre aqui”.



A mesa que presidiu aos trabalhos

As referências a Mário Figueira estiveram em todos os discursos da tarde, com destaque para o reeleito Presidente da Direcção. Visivelmente emocionado, Carlos Silva recordou a “teimosia e força de vontade” daquele sindicalista em lutar contra a doença que o impediu de estar na cerimónia de encerramento das comemorações dos 75 anos do Sindicato. “Mas hoje está connosco e conferiu-me posse para este segundo mandato à frente dos destinos do SBC. Para o Mário Figueira, com o sentido de dever cumprido, expri-mo, de forma inequívoca, um enorme bem-haja”, declarou.

Na sua intervenção, Carlos Silva prestou também homenagem a Delmiro Carreira, Presidente do SBSI, e aos falecidos membros do SBC, Francisco Gouveia e Carlos Conde.

“Rumo à criação de um Sindicato único”

Num plano mais político, foi o apelo à criação de um Sindicato único nacional que se destacou nas intervenções. O próprio Mário Figueira deu o mote. “Rumo à criação de um Sindicato único” foram as últimas palavras do seu discurso.

O novo elenco directivo do SBC



Carlos Marques, em representação da FEBASE, afirmou que o Sindicato único “é algo que deve estar na nossa mente”.

Já Carlos Silva frisou que “há que aprofundar o relacionamento” entre os Sindicatos dos bancários, “num período de grande concorrência sindical”. Mas alertou: “não podemos deixar vencer na opinião pública bancária a demagogia e o populismo do tão propalado ‘Sindicato único’, como se esse objetivo fosse conseguido com um estalar de dedos”.

Ainda assim, ficou a garantia: “se o futuro próximo passar por uma maior articulação entre os três Sindicatos, que implique uma eventual fusão e a criação



Freitas Simões, Presidente da MAG/CG

de um grande Sindicato nacional, creiam que não será pelo SBC, nem pelo seu presidente, que surgirá qualquer bloqueio”.

Sobre o resultado das eleições do dia 14 de Abril, o Presidente do SBC destacou que, apesar de apenas uma lista se ter apresentado a sufrágio, “cerca de 35 por cento dos associados disseram presente no acto eleitoral, conferindo reforçada legitimidade” aos eleitos para o quadriénio 2011-2015. “E aqui estamos numa cerimónia discreta, embora formal, marcando simbolicamente um acto, desta vez sim, formal e solene, contrariando a posse judicial conferida em 15 de Março, depois de um atribulado processo eleitoral de má memória para a nossa vida associativa”, concluiu.

A cerimónia de tomada de posse dos novos corpos sociais do SBC contou ainda com a participação do Presidente e do Secretário-geral da UGT. A crise e o acordo alcançado entre o governo e a “troika” estiveram no centro das atenções. “O País entrou numa rota de loucura” e o “sector bancário está no olho do furacão”, alertou João de Deus Pires.

João Proença lembrou que “há algumas ameaças pela frente”, mas deixou uma mensagem de esperança: “temos de estar todos juntos para sermos mais fortes e termos um futuro melhor”, concluiu. ■

Carlos Silva toma posse, após a sua reeleição



Surfcasting

Oito representantes do SBC na final nacional



A segunda prova de apuramento regional de surfcasting do Sindicato dos Bancários do Centro teve lugar na Figueira da Foz, em 26 de Março, com mar calmo e com algum vento mas com boas condições para a prática da modalidade.

Participaram 14 pescadores mas, o peixe não apareceu, ou melhor, apareceu muito pouco.

Após as tradicionais pesagens e entrega de prémios, teve lugar um são convívio num restaurante local, com total satisfação para todos.

Ficaram apurados para a final nacional, que vai realizar-se em Santo André, no próximo dia 21, os seguintes pescadores: João Pedro Agostinho, Rogério Silva, João Leitão Veiga, António Cascão, António Cairrão, Alexandre Batista, Fernando Tomás Luís e Pedro Veiga. ■

Pesca

Finalistas regionais já apurados



A segunda prova de apuramento do campeonato de pesca de mar teve lugar na Figueira da Foz, em 2 de Abril, um dia de má memória para todos os participantes, pois foram encontrar condições adversas, tanto de

mar, como climatéricas, o que levou a que nem uma escama saísse.

A típica e famosa cidade piscatória da Nazaré foi palco da terceira e última etapa do apuramento regional de pesca de mar, prova se realizou em 30

de Abril e que teve a participação de onze concorrentes.

O dia, para não variar, não se apresentava muito convidativo, fresco e nublado, mas o mar estava de feição, chão e sem vento, com condições excelentes para a prática da modalidade.

O peixe apareceu em força, para alegria dos participantes, tendo os dois primeiros classificados, António Cascão e Vítor Malheiros, abusado, para não variar. E, como habitualmente as tainhas foram rainhas, aparecendo também algumas sarguetas e salemas.

Após as pesagens teve lugar um muito agradável convívio, num restaurante típico da Nazaré, após o que se procedeu à entrega dos prémios.

São os seguintes os apurados para disputarem a final nacional, em Peniche, a 22 de Outubro: António Cascão, Vítor Malheiros, Pedro Veiga, Manuel Barqueiro, Rogério Silva, João Pimentel Santos, António Freire, Fernando Tomás Luís, David Faria, António Cairrão e Alexandra Batista. ■

FEBASE – A concretização de um sonho antigo

TEXTO: JOSÉ LUIS PAIS

Assinala-se, no corrente mês de Maio, uma data que, de forma indelével, originou a criação da FEBASE.

Por se tratar, de algum modo, da realização de um sonho de muitos de nós e de outros que já não se encontram entre nós, afinal um projecto ambicioso – complexo e difícil – visando a unidade de esforços e de meios instrumentais, importa, pois, registar aqui, ainda que de forma sincopada, a sua génese e evolução, até à sua constituição.

Em 26 de Maio de 1998, e promovida pela Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas, hoje denominado Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, realizou-se nas suas instalações a primeira reunião, visando os problemas que afectavam os trabalhadores de Seguros e Banca.

Fizeram-se representar nessa reunião, além do Sindicato anfitrião, os Sindicatos dos Bancários (SBSI, SBN e SBC) e ainda o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte.

Reputada de histórica, essa reunião teve como conclusão a definição de métodos futuros de organização e actuação.

No dia 14 de Julho desse ano, e nas instalações do SBN, prosseguiu a análise da situação do sector financeiro e a busca de soluções conjuntas para os problemas tendencialmente comuns.

Foi então decidida a constituição de dois grupos de trabalho: um, designado por Observatório, tendo em vista a adopção de medidas conjuntas em ordem a combater os problemas e pugnar pela defesa dos direitos dos trabalhadores; o outro estudaria a possibilidade de criação de uma Federação dos Sindicatos do sector financeiro.

Estes dois grupos voltariam a reunir-se em 17 e 18 de Setembro do mesmo ano e nas instalações do SBC.

Os problemas que, então, assolavam o sector financeiro foram sujeitos a uma análise profunda e requereram um plano apropriado.

Foi efectuada, ainda em Coimbra, nova reunião a 27 de Outubro seguinte. Desta vez com a preocupação de análise do projecto de estatutos aplicável à novel Federação.

Entretanto, foi nesta circunstância que o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte decidiu demitir-se de toda



e qualquer intervenção na constituição da Federação, atitude que lastimamos, em nome dos trabalhadores, afinal os destinatários das acções da Federação.

Por outro lado, a conciliação com os estatutos dos Sindicatos e a substituição de algumas Direcções originou um impasse na implementação da Federação.

Retomaram-se os encontros de trabalho em 2004, agora com a inclusão de um outro Sindicato – o Sisep.

Após duas reuniões concretizadas naquele ano, com representantes do STAS, SISEP, SBSI e SBC foi aprovado um anteprojecto de estatutos da Federação, sem prejuízo de ulterior ratificação pelas respectivas direcções sindicais, ficando marcada outra reunião para 12 de Julho.

Nesse dia, com a participação do STAS, SBSI e SBC, definiu-se a denominação social: FEBASE-Federação do Sector Financeiro, e também o esboço dos

seus estatutos que foram objecto de análise jurídica.

Ao mesmo tempo, seriam contactados, para se saber da sua adesão, o SBN e o Sinapsa (ex-Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte). Este último manteve a sua posição anterior, ou seja, de não querer integrar esta importante Federação de Sindicatos.

Ficou, também, a saber-se que o SBSI carecia que o seu Congresso autorizasse a adesão, enquanto o STAS e o SBC iriam reunir os seus Conselhos Gerais para o mesmo fim.

Por sua vez, o SBN dependeria do resultado das eleições sindicais, que se realizariam no mês de Abril do ano seguinte.

Havia, ainda, que ultrapassar outras situações que se verificavam com alguns dos Sindicatos aderentes.

Mas a vontade era enorme e, finalmente, conseguiu-se viabilizar a FEBASE, escrevendo-se uma significativa e

marcante página na história do sindicalismo em Portugal.

E, nesta história, ficará também registada a data de 6 de Dezembro de 2007, revestida com cores de esperança.

Neste dia, e na sede da UGT, foram aprovados pela Assembleia Geral Constituinte, os Estatutos (que seriam publicados no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 7 de 22/2/2008) e eleita a Comissão Instaladora.

Finalmente, em 17 de Maio de 2008, teve lugar o primeiro Conselho Geral da Federação que elegeu os vários órgãos constitutivos da FEBASE.

Todo este percurso, que culminou na criação da Federação, em boa verdade insere-se na prossecução do reforço e do fortalecimento do movimento sindical no sector financeiro, de modo a termos respostas mais eficazes aos desafios com que todos nos confrontamos, sob o lema de que “juntos e unidos somos mais fortes”. ■

TEXTO: MARGARIDA MENDES

Curso de monitores animadores



Realizou-se, no mês de Abril, mais um curso de monitores animadores da Associação Jovens Seguros, em Proença-a-Nova. Esta acção de formação de 85 horas, reveste-se de algumas características ímpares no contexto das formações de animação cultural preconizadas em Portugal. Todo o processo formativo reveste-se de um modelo de prática simulada, que é consubstanciado na obtenção de uma dupla certificação (IPJ e DGERT).

O desenvolvimento de competências, técnicas e pedagógicas, dos monitores de campos de férias são uma exigência actual. A prevenção de situações de risco, a par de uma competente dinamização das actividades e da antecipação e satisfação das necessidades do grupo são áreas muito exploradas neste curso, que tem como objectivo formar monitores para a realização de campos de férias, bem com a sua sensibilização no desenvolvimento integral das crianças e jovens.

A multiplicidade de actividades e a abrangência temática proporcionam uma formação bastante completa nos diversos módulos que a constituem, bem como a constante procura de mais e melhor, a experiência profissional dos formadores e o entusiasmo pela partilha torna-o numa experiência/lição de vida.

A Jovens Seguros orgulha-se de, ao longo destes dez anos de existência, ter conseguido alcançar um estrondoso êxito na realização de campos de férias, apostando na formação dos seus monitores e regendo-se por uma filosofia e éticas muito próprias, baseadas na amizade, responsabilidade, união, segurança, solidariedade e tolerância. ■

Lista derrotada alegou irregularidades no processo eleitoral

Conselho Geral **rejeita recurso** da Lista B

Os conselheiros eleitos no mandato anterior reuniram-se uma última vez para deliberar sobre o recurso relativo às eleições de Abril apresentado pelo representante da Lista B na Comissão de Fiscalização Eleitoral – que chumbaram, ao aprovar a proposta de deliberação da Mesa. A lista derrotada anunciou ter apresentado em tribunal uma providência cautelar para evitar a tomada de posse dos novos Corpos Gerentes, pois interpôs um recurso de impugnação dos resultados eleitorais

mente problemas no acesso ao voto electrónico, dificuldades no atendimento telefónico e anomalias em algumas mesas.

Recurso improcedente

Além do não cumprimento de algumas exigências estatutárias, como a obrigatoriedade de declarar na acta de uma mesa que se irá recorrer dos resultados, a Mecodec entendeu que as razões alegadas por João Pascoal não justificavam a anulação e repetição do acto eleitoral, pelo que não deu provimento ao requerimento.

Face ao indeferimento, o representante da Lista B recorreu para o Conselho Geral. A Mesa apresentou aos conselheiros uma proposta de deliberação, em que sublinhava: “Poderá admitir-se a existência de uma ou outra situação em que o processo de votação poderá não ter corrido da melhor forma. Todavia, não se pode concluir pela existência de um processo sem transparência ou pela existência de irregularidades graves que ponham em causa a credibilidade do acto eleitoral”.

Assim, a Mecodec propunha ao Conselho Geral que deliberasse “considerar improcedente o recurso” apresentado. A proposta foi aprovada por larga maioria, com 23 votos contra e 4 abstenções.

Anunciado pedido de impugnação

Ao tomar a palavra, João Pascoal considerou que a Mesa deveria “recusar dar posse até decisão judicial”, pois “deu ontem [dia 28 de Abril] entrada no Tribunal uma providência cautelar sobre este assunto. É preciso haver honestidade e não ter medo da realidade”.

Mais tarde, José Resende, candidato a presidente da Direcção pela Lista B, adiantaria que “deu entrada no Tribunal de Trabalho de Lisboa uma acção de impugnação do acto eleitoral, com vista à repetição do acto eleitoral”. O Conselho Geral e os Corpos Gerentes na altura ainda em funções ficaram assim a conhecer a acção desencadeada pela lista derrotada, dado que até ao momento nenhuma notificação das autoridades competentes tinha dado entrada no SBSI. Ironizando, Delmiro Carreira afirmou que o anúncio oficial não podia ser “substituído pelo ‘oficial de diligências’ João Pascoal”.



Respondendo às críticas de alguns conselheiros, Delmiro Carreira acusou: “A desmoralização deste Conselho Geral deve-se a uma estratégia já adoptada em 2007, de descredibilização do Sindicato por aqueles que perdem e não se conformam com os resultados. Se estivessemos perante uma margem pequena, compreendia-se. Mas a diferença é muito significativa”.

“Perderam no voto presencial, electrónico e por correspondência. Fazem o fogo todo no voto pela Internet, como se a votação por esse meio não tivesse decorrido durante dois dias. Mas passam por cima disso, porque querem denegrir a imagem do Sindicato”, frisou.

No final do Conselho Geral, cerca das 13h00, o presidente da Mesa informou que os resultados globais e finais do acto eleitoral iriam nesse momento ser afixados nas instalações da Marquês de Fronteira para consulta. ■

Documentos aprovados

No ponto fora da Ordem de Trabalhos, os conselheiros aprovaram por larga maioria uma moção e uma saudação.

A saudação, apresentada pela conselheira Wanda Guimarães em nome da Tendência Sindical Socialista, era dedicada às mães portuguesas e, em especial, às mães bancárias. Foi aprovada por maioria, com 3 votos contra e 9 abstenções.

Já a moção, que teve como primeiros subscritores Viriato Baptista e Wanda Guimarães, apelava à participação no 1.º de Maio. Foi igualmente aprovada por maioria, mas com 5 votos contra e 8 abstenções. ■

Jovens Seguros
RESERVAÇÃO PARA O DESPESAMENTO DIÁRIO

Jovens Seguros - 10 anos de Aventura

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, cela). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Ciclismo, Bsnaga Bai e outras actividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas actividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 7 anos de idade

2011

1º Turno: 25 de Junho a 2 de Julho
2º Turno: 2 a 16 de Julho
3º Turno: 16 de Julho a 30 de Julho
4º Turno: 30 de Julho a 13 de Agosto
5º Turno: 13 a 27 de Agosto
6º Turno: 27 de Agosto a 2 de Setembro
• Turnos de uma semana

Preços:
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
525 Euros para Outros

Pagamentos Fraccionados até Novembro
10% de Desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.
(contacte para descontos e condições de pagamento)

CAMPO DE FÉRIAS ABERTO

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem credenciada, Actividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de actividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 3 anos de idade

2011

1º Turno: 4 a 8 de Junho
2º Turno: 11 a 15 de Junho
3º Turno: 18 a 22 de Junho
4º Turno: 25 a 29 de Junho
5º Turno: 1 a 5 de Agosto
6º Turno: 8 a 12 de Agosto

Preços:
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada
125 Euros para Outros

Pagamentos Fraccionados até Novembro
10% de Desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.
(contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com geral@jovensseguros.com linha grátis: 800 205 179 . tel: 21 880 21 60

Rui Riso ao tomar posse como Presidente da Direcção

“SBSI estará muito atento à anunciada diminuição de trabalhadores bancários”

TEXTO: INÉS F. NETO



Emprego na Banca, privatização do BPN, Fundos de Pensões e direitos adquiridos pelos reformados, bem como a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias dos bancários são algumas das prioridades dos novos Corpos Gerentes do SBSI, que tomaram posse dia 5

Os Corpos Gerentes que presidirão aos destinos do SBSI durante o quadriénio 2011 – 2015 tomaram posse dia 5 de Maio, numa cerimónia que decorreu no Hotel Altis, em Lisboa, e que contou com a presença de muitos dirigentes de outros sindicatos, dos Secretário-geral e Presidente da UGT, e de representantes de Instituições de Crédito, entre os quais Carlos Santos Ferreira, Presidente do BCP, e Carlos Sitima, administrador do Santander.

Presidida pelo recém-empossado vice-Presidente da Mecodec, Fernando Martins – em substituição do Presidente da Mesa, que por motivos imperativos não pôde estar presente –, a sessão foi marcada por intervenções focadas no momento difícil que o País atravessa e nos sacrifícios que estão a ser exigidos aos trabalhadores.

Na sua intervenção, Rui Riso deixou claras as principais preocupações da nova Direcção a que preside: “Porque sabermos honrar o passado e queremos continuar a construir o futuro, o SBSI estará particularmente atento à anunciada diminuição de trabalhadores bancários, bem como aos efeitos do não rejuvenescimento da classe nos SAMS”, tal como estará “particularmente envolvido na criação de um serviço de assistência médico-social único, resultante também

daquilo que temos estabelecido, nomeadamente através da Febase”.

BPN e remunerações

Do mesmo modo, o Sindicato “estará particularmente atento e interventivo na anunciada venda do BPN, e tudo fará para que seja cumprida a lei da sua nacionalização, recusando os despedimentos”, anunciou o dirigente, referindo que a Direcção dará também especial atenção aos Fundos de Pensões e “aos direitos adquiridos pelos reformados nessa sede”.

Embora assumindo que será sempre privilegiado o diálogo, Rui Riso adiantou que o SBSI “não porá de parte as outras formas de intervenção quando estiverem em causa os direitos dos bancários”.

Nesse sentido, afirmou que o Sindicato “não perderá nunca de vista a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias dos bancários, procurando uma mais justa repartição da riqueza que ajudam todos os dias a ganhar”.

A esse propósito, Rui Riso lembrou o papel relevante que os trabalhadores têm desenvolvido na modernização da Banca e evolução dos resultados, muitas vezes sacrificando a sua vida pessoal e familiar. “As empresas existem porque

existem mulheres e homens que todos os dias se envolvem no seu desenvolvimento. As bancárias e os bancários têm ao longo de muitos anos demonstrado a sua capacidade e competência, contribuindo para transformar a Banca portuguesa numa das mais modernas e produtivas. Compreendemos e envolvemo-nos nos objectivos traçados, orgulhamo-nos também dos resultados obtidos. Mas muitas vezes com sacrifício claro de direitos, como o do trabalho extraordinário, flagelo que apesar de tudo, e também pela acção dos sindicatos, tem vindo a ser minimizado”.

Código de conduta

A nova Direcção tem ainda como prioridade o envolvimento do SBSI na elaboração de um código de conduta de venda de produtos financeiros, uma vez que “apesar da má experiência presente, a toxicidade dos produtos não foi erradicada”.

“Vale a pena lembrar que quando se pede mais supervisão, também se pede supervisão para esses produtos, o que quer dizer que são para continuar, com mais ou menos riscos, mas são para continuar – e isso naturalmente preocupa todos os bancários”, frisou.

Outro dos objectivos do SBSI passa por aumentar a sua implantação, “assumindo uma nova atitude, sobretudo de proximidade com os seus associados e as bancárias e os bancários em geral”.

Num agradecimento aos homens e mulheres que tornaram o SBSI no grande Sindicato que ele é hoje, Rui Riso afirmou: “A minha candidatura só teve sucesso porque se baseia num capital de confiança que ao longo dos anos as pessoas que trabalham no SBSI, os sindicalistas, enfim todos os elementos do SBSI, valoraram. Foi por isso que foi possível ganhar as eleições”.

Respeitar a democracia

A polémica levantada pela lista derrotada – que em Conselho Geral afirmou ter entregue em tribunal uma providência cautelar para impugnação dos resultados eleitorais (ver notícia nesta edição) – tinha já merecido críticas de diversos oradores, nomeadamente de Fernando Martins e João Proença, e foi igualmente alvo de censura por parte do recém-eleito Presidente da Direcção: “Permito-me lembrar aos que têm dificuldade em reconhecer a democracia, que é exactamente porque esta existe que há direito de escolha. E em democracia há que saber ganhar e há que saber perder. Colocar em causa os que ganham é colocar em causa os que neles votaram, a sua decisão e a sua escolha”.

“O SBSI deverá estar sempre muito acima de qualquer tentativa de minimização da democracia, porque a sua história tem sido feita de princípios e valores democráticos, mesmo no tempo em que Portugal vivia em ditadura”, frisou.

“Aqueles em quem os bancários votaram para dirigir os bancários nos próximos quatro anos saberão ser os dirigentes de todos os bancários, independentemente de quadrantes políticos e das listas em que votaram”, garantiu Rui Riso. E acrescentou: Mas exigem o respeito que a democracia concede a quem ganha”.

“Que todos sem excepção se unam em torno dos superiores interesses dos bancários, porque os nossos adversários não estão dentro do SBSI, estão fora” salientou, adiantando que eles são sobretudo “os sindicatos sem actividade sindical e que dividem a classe”.

Grande ovação a Delmiro Carreira

Na sessão de tomada de posse dos Corpos Gerentes usaram ainda da palavra Delmiro Carreira, Presidente do SBSI que agora cessou funções; João Proença, Secretário-geral da UGT; João de Deus, Presidente da UGT; Carlos Silva, Secretário-geral da Febase e Presidente do SBC (que na véspera

Delmiro Carreira, visivelmente emocionado, recebeu a homenagem do Movimento Sindical Democrático



tinha tomado posse no cargo), e Mário Mourão, Presidente do SBN.

No seu discurso, Delmiro Carreira chamou a atenção para o momento difícil em que a nova Direcção inicia funções, dada a situação do País: “Raramente ao longo dos mais de 75 anos de existência do SBSI e dos outros sindicatos dos bancários da UGT enfrentámos um cenário tão sombrio como aquele que se nos depara face ao acordo denominado de ajuda financeira a Portugal e às suas incidências nos direitos laborais dos trabalhadores e nos seus rendimentos. No momento em que deixo de exercer funções, não posso deixar de sublinhar o papel tremendo que os dirigentes da Febase, entre os quais os do SBSI, têm pela frente. Seria mais agradável passar o testemunho num cenário diferente deste”, disse.

O Presidente cessante do SBSI, lembrou que não foram os trabalhadores e os seus dirigentes os culpados pelas actuais dificuldades, apontando o dedo à “máquina do sistema capitalista” que convenceu cidadãos e governantes de que nunca faltariam os meios para pagar juros e novos empréstimos para pagar mais necessidades de financiamento. “Enfim, a máquina de fazer dinheiro nunca deixaria de funcionar”.

Breve balanço

Fazendo um breve balanço da sua vida enquanto dirigente do SBSI, Delmiro Carreira disse sair com sentimentos contraditó-

rios: sentimento do dever cumprido e algumas conquistas do Sindicato em que esteve envolvido – nomeadamente a criação da Febase, os acordos de Segurança Social, a revisão dos Estatutos, a resolução da querela jurídica com o SNS, a consolidação financeira dos SAMS, a defesa dos postos de trabalho, e a intervenção no acompanhamento dos Fundos de Pensões.

Por outro lado, frustração por não ter sido possível concretizar alguns projectos a que atribui enorme importância: a constituição do Fundo de Pensões para os cerca de 1500 trabalhadores do SBSI e a resolução de algumas questões ligadas ao património imobiliário do Sindicato.

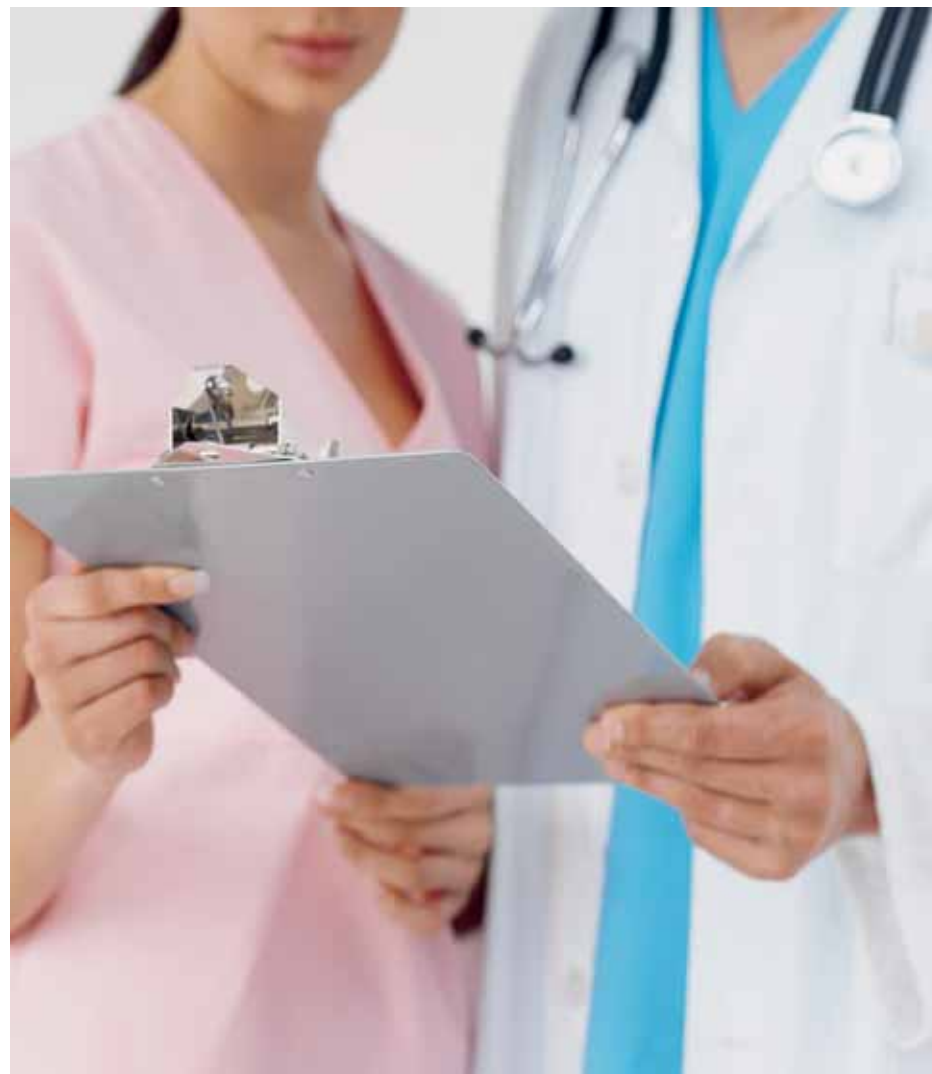
“Mas a principal fonte de preocupação para mim tem a ver com o futuro dos SAMS. As despesas com a saúde crescem, a população beneficiária envelhece; as contribuições diminuem e o desafio financeiro de hoje pode não se verificar amanhã. É preciso encontrar soluções, encontrar quem connosco queira fazer parcerias vantajosas para ambas as partes”, concluiu.

Ao terminar a sua intervenção, Delmiro Carreira – a quem todos os oradores agradeceram o trabalho e dedicação em prol do SBSI e do movimento sindical democrático – foi ovacionado de pé pelos presentes. E se este foi um dos momentos mais emotivos da cerimónia, outros foram igualmente dignos de registo, nomeadamente a despedida dos restantes dirigentes que também cessaram funções. ■

SAMS

Começou a tão desejada reestruturação

No seguimento do que foi prometido pela Direcção do SBN e pelo Conselho de Gerência dos SAMS, já começaram a ser celebrados mais protocolos, no âmbito do conceito de “saúde de proximidade”, com diversas entidades e em múltiplas localidades. Começamos hoje por divulgar os primeiros acordos já concretizados, facilitando assim o acesso dos utentes aos serviços de saúde



Porto

Dra. Elisa Maria Ribeiro Miranda - R. Fernandes Tomás, 424-1.º, Sala 8 - Tel. 225 100 906.

Para efeitos de emissão de recibos aos beneficiários da actividade prestada neste consultório, deverá ser tida em conta a seguinte Sociedade: **CSA Clinic – Centro Médico e Dentário Lda.**, na mesma morada.

O presente acordo contempla as valências de Ortodontia e Periodontologia, à semelhança dos celebrados com esta médica nas mesmas valências, na Rua Nossa Sra. de Fátima, 369 – 1.º.

Mais se informa que a médica em causa dispõe igualmente de acordo no âmbito de Ortodontia, no consultório acima referenciado, conforme contrato antes celebrado.

Hospital da Trofa e Hospital Privado da Boa Nova

Foram reformulados os acordos celebrados com o Hospital da Trofa e com o Hospital Privado da Boa Nova, quer no tocante à extensão de serviços clínicos (meios auxiliares de diagnóstico, serviços de atendimento permanente, etc.),

quer no tocante aos procedimentos a adoptar.

Braga

HPB - Hospital Privado de Braga S.A. - Lugar da Igreja – Nogueira – Tel. 253 680 200.

Serviços que integram o acordo: especialidades médicas; ambulatório/exames auxiliares de diagnóstico; internamentos; e cirurgias.

Os beneficiários passam a aceder a estas três entidades sem dispêndio de qualquer importância, excepto em determinados serviços, conforme estipulação expressa no acordo. Ex: consultas de Pedopsiquiatria e de Psiquiatria/ Psicologia, terapia da fala, nutrição, osteopatia, homeopatia, podologia.

Foram contratualizadas as consultas e tratamentos de Nutrição, Osteopatia, Homeopatia e Podologia, com o único propósito de minorar o ónus dos beneficiários, já que tais despesas continuarão a não ser comparticipadas pelos SAMS.

Quanto às restantes consultas e à Terapia da Fala, deverão ser comparticipadas nos termos habituais e previstos nas disposições regulamentares e normativas vigentes.

O Serviço de Atendimento Permanente – Adultos e Pediátrico – está contratualizado nestas três unidades, das 20h00 às 08h00 nos dias úteis e durante as 24 horas em dias feriados e fins-de-semana.

Torre D. Chama

Dra. Paula Cristina Rodrigues Valbom - Clínica Dentária Torre D. Chama - Av. Tenente Morais Sarmiento, s/n - Tel. 278 339 107.

Serviços convencionados: Medicina Dentária/Estomatologia; próteses dentárias; Ortodontia; Implantologia.

Vila Real

Dr. Fernando Matias Roque - R. Dr. Alberto Pinto Lisboa, 7 - Tel. 259 093 039.

Cirurgia geral.

Saudade Vieira-Cardiologia Unip. Lda. - Quinta da Redonda, Lt. 1, r/c - Tel. 259 325 723.

Cardiologia – Consulta e Electrocardiografia.

Dra. Raquel Conceição Lourenço Lima Caramelo - Gaveto da Noruega/Rua Cidade de Orense, Torre Sul, Loja 217 - Tel. 259 325 298.

Ginecologia e Obstetrícia – Consulta/ /Cirurgia; meios auxiliares de diagnóstico, exames ecográficos.

Senhora da Hora

Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S. A., - Rua Fonte Sete Bicas, 170 - Tel. 220 033 500.

Passaram a integrar novos actos, designadamente no âmbito de serviços de Endoscopia e Gastroenterologia, Braquiterapia, Hemodinâmico, novos exames de diagnóstico no âmbito de Cardiologia – Ecocardiograma Fetal, Doppler Cardíaco-Fetal, hemodiálise.

Miranda do Douro

Sanus Físio Unipessoal Lda. - Rua das Arribas, Lt. 4, r/c – Tel. 273 431 243. Tratamentos de Fisioterapia.

Caldas das Taipas

Taipas Turitermas CIPRL - Largo das Termas - Tel. 273 431 243. Medicina Física e de Reabilitação.

Oliveira de Azeméis

CLIAZ – Clínica Médicocirúrgica e de Diagnóstico de Azeméis Lda. - R. Dr. Miguel Castro, 6 - Tel. 256 660 818.

Medicina geral e familiar, Alergologia, Cardiologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina física e de reabilitação, Neurologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Ortopedia, Pediatria, Psiquiatria, Urologia, Medicina Dentária, Dentisteria, Estomatologia, Ortodontia, tratamentos médico-cirúrgicos e de Fisioterapia, enfermagem, Patologia Clínica, serviços especiais de

Oftalmologia, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia Vascular e Ortopedia; meios auxiliares de diagnóstico: Audiograma, Electrocardiografia, Electroencefalografia, Electromiografia, exames ecográficos, Radiologia.

ATENDIMENTO PERMANENTE - Urgências

Hospital Privado da Boa Nova, S.A. - Rua Armando Vaz, 225 - Perafita, Matosinhos - Tel. 229 980 900.

Hospital Privado da Trofa S.A. - Rua da Paz – Trofa - Tel. 252 409 100.

Hospital Privado de Braga S.A. - Lugar da Igreja – Nogueira - Tel. 253 680 200.

Horário: crianças e adultos das 20h00 às 08h00.

Hospital Santa Maria - Rua de Camões, 906 – Porto - Tel. 225 082 000

Horário: adultos das 20h00 às 08h00; crianças das 20h00 às 24h00 e durante as 24 horas em feriados e fins-de-semana.

O Hospital de Santa Maria não tem consultas de pediatria após as 24h00. O atendimento de urgência de crianças e adultos integra todos os actos médicos e de enfermagem, meios complementares de diagnóstico e terapêuticos, análises e RX próprios de um atendimento deste tipo, medicação e consumíveis. O beneficiário não pagará qualquer valor junto das entidades convencionadas. Posteriormente receberá directamente dos SAMS a respectiva nota de débito do montante a seu cargo, 18 euros, que liquidará pelos meios normais postos à sua disposição. ■

Curso de sensibilização de suporte básico de vida

Texto: **FIRMINO MARQUES**



Considerando que uma súbita paragem cardíaca representa a principal causa de morbilidade e mortalidade nos países desenvolvidos, acontecendo quase sempre fora do meio hospitalar, o SBN promoveu em Abril, nas instalações da Rua Cândido dos Reis, um conjunto de acções de formação relativas ao tema “Suporte básico de vida”.

O suporte básico de vida envolve uma série de procedimentos e técnicas que visam garantir que as funções vitais se mantenham estáveis ou, pelo menos, atrasem o tempo em que os danos se tornem irreversíveis.

Pretende-se desenvolver uma cultura séria de emergência médica, destinada a salvar vidas e a reduzir factores de mortalidade e morbilidade. As manobras básicas de socorro são, sem margem de dúvida, uma arma para a nossa sobrevivência, ao alcance de todos.

Qualquer um de nós pode, pelo menos, tentar que as funções vitais de uma vítima se mantenham estáveis até à chegada dos meios técnicos e humanos mais qualificados, contribuindo, com esse simples gesto, para salvar, possivelmente, uma vida.

Terminado este primeiro curso e, atendendo ao interesse manifestado pelos associados, o SBN está disponível para promover outras sessões, se o número de inscrições o justificar. ■



Futsal

Desportivo BPI novamente na final

TEXTOS: **FIRMINO MARQUES**



Desportivo BPI

A 1.ª fase do 35.º torneio regional de futsal terminou em 9 de Abril. Foram apuradas para a 2.ª fase os cinco primeiros da fase que agora terminou: Ventus Popularitas (B. Popular), Desportivo BPI, United Colors of Banca (BPN), Finimáximos (Montepio Geral) e BPN-Fafe, às quais se juntarão as equipas das áreas sindicais de Aveiro (Pára e Chuta), S. João da Madeira (Footsie 2006) e Vila Real (Os Pernetas).

A 2.ª fase, a eliminar e a uma mão, teve lugar em 30 de Abril, e as meias-finais no passado dia 7, com o Desportivo BPI a bater os United Colors of Banca, por 4-2, e os Finimáximos a golearem os Pára e Chuta, por 6-0.

A final regional foi disputada no passado Sábado, dia 14, entre o Desportivo BPI e os Finimáximos, e a ela faremos referência no próximo número. ■

Pesca

Manuel Oliveira campeão regional de alto mar

A última prova do 10.º campeonato regional de pesca de alto mar de 2010 realizou-se em 6 de Abril, com a presença de oito concorrentes, e determinou a vitória de Manuel Oliveira, do BES.

Embarcados no “Gato Preto” os concorrentes saíram da marina de Leixões, com destino à “Pedra de Valongo”, que dista cerca de 15 milhas (27 quilómetros) a oeste de Leixões.

Com vento leste e mar de pequena vaga, os concorrentes encontraram



condições ideais para a prática da modalidade, tendo sido capturados 235 exemplares. A prova teve como vence-

dor Fernando Igreja, do BCP, mas Manuel Oliveira, que se classificou em segundo lugar nesta última prova, cotou-se como o concorrente mais regular ao longo do campeonato e sagrou-se campeão regional.

O pódio ficou constituído por Manuel Oliveira, Fernando Igreja e Manuel Alves, do BCP, tendo ainda, para além destes, ficado apurados, como representantes do SBN à final nacional, os associados Virgílio Dias, Edmundo Ferreira e Joaquim Pinto, todos do BES. ■



Passeio a Monção no dia 21

Destinado aos associados e familiares, a Direcção do SBN em colaboração com o GRAM, vai realizar, no próximo dia 21, um passeio a Monção, em cujo programa, para além de um succulento almoço, num dos muitos bons restaurantes da região, consta uma visita guiada ao Palácio da Brejoira – capela, jardins, bosque e adega antiga, ou, em alternativa, visita livre à vila – e de uma tarde de convívio com música ao vivo.

A partida dos autocarros, do Porto, far-se-á junto à Câmara Municipal, pelas 8 horas, em direcção a Monção e o regresso terá lugar cerca das 18 horas, após ser servido um lanche.

As inscrições serão consideradas por ordem de chegada, limitadas a 250 pessoas, e deverão ser efectuadas, imprete- rivelmente, até ao dia 17, na Loja de Atendimento do SBN, onde poderão ser obtidas mais informações. ■

“Põe-te a andar, pela tua saúde...”

Caminhada pelas aldeias da Serra da Cabreira

TEXTOS: **FIRMINO MARQUES**

Na continuação desta actividade, propõe-se agora uma alternativa ainda mais saudável: sair dos ares do mar para o ar puro da serra...

A 13.ª caminhada, a realizar em 4 de Junho, é uma marcha de montanha, na serra da Cabreira. É uma caminhada fácil, acessível a todos, com apenas cerca de 7 quilómetros e com 320 metros de subida acumulada.

Além dos campos, nessa altura espectacularmente verdejante, serão visitadas as aldeias de Moscoso e Formi-



gueiro e observado de perto o genuíno “Nariz do Mundo”, um fenómeno geológico que ocorre ali bem perto e que

inspirou já um local de repasto. No percurso, conhecido por “Percurso das aldeias” serão apreciadas ainda mo-inhos, calçadas, o constante som da água, um parcelamento singular da propriedade e paisagem, muita paisagem... No final, da actividade física passar-se-á depois para a “degustativa”, com almoço num restaurante de Moscoso.

Esta iniciativa é orientada pelo colaborador Francisco Barros, coadjuvado por um guia local. ■

Danças de salão: todo o mundo mexe



O 4.º sarau de danças de salão do SBN, na vertente de dança social, foi realizado no auditório da Rua de S. Brás, no passado 9 de Abril, precedido de jantar.

Sublinhe-se que esta modalidade de lazer é extremamente popular no seio do nosso Sindicato, uma vez que os praticantes já em muito ultrapassam a centena. Por isso, o sarau teve uma enorme afluência por parte de alunos e familiares que frequentam as aulas promovidas pelo SBN.

O formato do evento teve a característica de acabar por pôr todos os presentes a dançar: primeiro, foram as turmas de iniciados e de avançados que o fizeram em pares, separadamente; depois, os próprios professores não quiseram deixar ficar os seus créditos por mãos – ou melhor, por pés – alheias; por fim, e de tal forma o ambiente estava contagiante, que não houve quem não saltasse para a pista e evidenciasse os seus dotes... ■

Valha-nos...

Artur Alves dos Reis

Face a tudo o que ouço e vejo
Nesta crise sem paralelo
Só lançando-me ao Rio Tejo
Posso ver um mundo mais belo!..

Sobejam políticos famintos
Com vontade de ir ao pote...
A correrem, tal como os pintos
À procura de um capote...

Denunciar, eu não desisto
Que as lapas, em Portugal,
Se protegem com torpes leis...

Pressinto que vão curar isto
Com um bálsamo em tudo igual
Ao do Artur Alves dos Reis!..

António Monterroso

Maio



Vetusto, és, ó Maio, pelo peso dos anos;
Sempre renovado pelos ideais de Abril.
O povo, cravos vermelhos plantou nos canos
Das espingardas, para não mais ser servil.

Cravo vermelho! Vermelho Maio!
De papoilas em trigais a amadurecer;
Desta roda, deste cantar... eu só saio,
Quando a minha voz enrouquecer.

Poetas do meu país, não parem de cantar
O chão da terra da nossa fraternidade;
Cantemos e demos as mãos para alcançar,
O sonho d’ um povo em liberdade.

Maio maduro! Maio florido!
Em cada peito germina um ideal
Para que Abril seja cumprido;
Em memória dos teus filhos, Portugal.

Carlos Pereira

Fotografia “à moda do Porto”



“Casa da Música”



“O homem e a Cidade”

O Núcleo de Fotografia do SBN realiza mensalmente uma exposição subordinada ao tema “À moda do Porto”.

Este mês o tema é “O homem e a cidade”, de autoria de Jorge Viana Basto, até 8 de Junho, seguindo-se “Casa da Música”, de António Almeida, de 1 de Junho a 6 de Julho.

As exposições ficam patentes na Galeria do SBN, na Rua Conde de Vizela, 145, às Quartas e Quintas-feiras, das 15 às 17h30. ■



Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Março

Veja toda a informação em: www.fotofebase.blogspot.com

SBC Tema Livre



"Maldivas"
Fernando Machado



"Como no tempo da minha avó"
José Pinto



"Cardo"
Bruno José

SBC Os Quatro Elementos



"Praia Velha"
Bruno José



"Temporal"
José Pinto



"Maldivas por do sol"
Fernando Machado

SBSI Tema Livre



"Pró céu"
Armando Isaac



"Emoções"
Cristina Mestre



"Trilogia Luminosa"
João Amaro

SBSI Os Quatro Elementos



"Penedo furado"
Armando Isaac



"Açude"
Álvaro Carneiro



"Brisas"
Rui Martins

STAS Tema Livre



"Sala com vista"
João Sales



"Doutores de outras épocas"
Virginia Machado



"A tocar o céu"
Virginia Machado

STAS Os Quatro Elementos



"Até ao infinito"
Virginia Machado



"Telino"
João Sales



"Oferta da terra"
Virginia Machado

SBN Tema Livre



"E's"
Aires Pereira



"A bolha"
Luís Coelho



"4 gold"
Francisco Oliveira

SBN Os Quatro Elementos



"No aconchego do lar"
Jorge Viana Basto



"E tudo o vento levou"
Francisco Oliveira



"Miradouro paisagístico"
Carlos Duarte



A Equipa FOTO FEBASE

FEBASE

SBC

SBN

SBSI

STAS

STAS

